



ARTIGO

**RECONSTRUINDO
O GOVERNO DO
DR. CHIQUINHO:
DO ÁPICE À QUEDA
(1955-1959/1962-1966)**

Kimberlly Victoria de Mattos Reis

Estudante da licenciatura plena em História, pela Universidade Federal do Espírito Santo. Residente pedagógica, pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), na EMEF Experimental de Vitória UFES.



Resumo

A presente pesquisa tem como objetivo analisar, em perspectiva panorâmica, a ascensão e os mandatos de Francisco Lacerda de Aguiar como governador do estado, comumente chamado de Chiquinho, durante os períodos de 1955-1959 e 1963-1966. É propósito da pesquisa entender a ordem socio-política do governo, que se expressa nas suas alianças e composições eleitorais e pós-eleitorais, bem como nas principais pautas para as quais suas ações governistas se dedicaram. Com base nos métodos e técnicas de análise documental, a pesquisa explora extensa gama de fontes: jornais da época, periódicos, correspondências, e documentos oficiais em geral de vários fundos, especialmente do fundo denominado “documentos da Secretaria de Governo”, existentes no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES). A pesquisa também tem a finalidade de compreender as razões pelas quais ocorreu a queda de Chiquinho, verificada no início de 1966, apesar de o governador ter aderido ao Golpe civil-militar de 1964.

Palavras-chave: História capixaba; Política; Governo Chiquinho; Golpe civil-militar de 1964.

Abstract

The present research aims to analyze, from a panoramic perspective, the rise and mandates of Francisco Lacerda de Aguiar as governor of the state, commonly called Chiquinho, during the periods of 1955-1959 and 1963-1966. The purpose of the research is to understand the government's sociopolitical order, which is expressed in its alliances and electoral and post-electoral compositions, as well as in the main agendas to which its government actions were dedicated. Based on document analysis methods and techniques, the research explores a wide range of sources: newspapers of the time, periodicals, correspondence, and official documents in general from various funds, especially the fund called “documents from the Government Secretariat”, existing in the Archive Public of the State of Espírito Santo (APEES). The research also aims to understand the reasons why Chiquinho fell, which occurred at the beginning of 1966, despite the governor having joined the civil-military coup of 1964.

Keywords: History of Espírito Santo; Policy; Chiquinho Government; 1964 civil-military coup.

Introdução

Pesquisar os períodos da ruptura político-institucional, focando no modo como as oligarquias regionais se adaptam aos diferentes rearranjos institucionais, é sempre bastante complexo e delicado. Como abordado por Ueber José de Oliveira (2013), as transformações industriais advindas no Brasil, de modo mais pujante a partir de 1950, a crise do café (1955 e depois na década de 1960) e o processo de urbanização, que resultaram na migração campo-cidade, influenciaram as lideranças da época a praticarem outras formas de ações políticas dentro de um novo contexto social e econômico. No Espírito Santo, essas mudanças não seriam diferentes: Francisco Lacerda de Aguiar, fazendeiro de Guaçuí, vulgo Chiquinho, soube muito bem direcionar sua atuação em direção às massas populares rurais e urbanas que se reconfiguravam, ganhando apoio fundamental das regiões sul, central e norte do estado, redundando em duas campanhas eleitorais vitoriosas. Alcançou tal intento ao juntar-se com outros seis partidos, formando aquela que ficou conhecida como *Coligação Democrática*. Chiquinho dialogou com o povo usando de ferramentas como: a criação de *jingles* de campanha de letra fácil e instrumental animado, entre outros, com o intuito de se promover durante as eleições; desapropriou-se do pronome de tratamento “Doutor”, antes de seu nome, para que sua imagem fosse dissociada de elitismo, colocando-o próximo ao povo; e deu voz, sob um discurso carismático, à massa antes ignorada pela elite da região da Grande Vitória, com suporte de um plano de governo direcionado à assistência social e ao investimento econômico rural (LIMA JÚNIOR; CURGEL, 2007; OLIVEIRA, 2013).

Apesar de existirem alguns poucos trabalhos sobre essa faceta carismática e popular de Chiquinho, especialmente acerca das suas campanhas vitoriosas em 1954 e 1962, a exemplo dos trabalhos de Alvarenga (2012), Oliveira (2014), além de Silva (1986), são quase inexistentes trabalhos que aprofundam aspectos relacionados aos seus governos, conside-

rando sua composição e sua agenda governamental. Essa escassez de estudos redundou na cristalização de uma representação caricata ou folclórica de Chiquinho, em grande medida consagrada pela *A Gazeta*, o jornal oposicionista do Partido Social Democrata (PSD), controlado pelo seu principal adversário político, o também ex-governador Carlos Lindemberg.

Assim, a pesquisa utiliza como base uma ampla gama de fontes documentais, na intenção de melhor compreender os dois governos dessa enigmática e controversa figura, além de procurar dar vazão a novas possibilidades analíticas e novas interpretações acerca do fenômeno populista que foi sua passagem pelo cenário político. Não foi possível, ainda que apareçam algumas referências a *A Gazeta* em alguns momentos, aprofundar e expandir as análises para todas as representações que a imprensa (jornais) da época faziam de Lacerda de Aguiar, haja vista que seria necessário maior tempo para uma pesquisa do tipo dentro da proposta do subprojeto.

Antecedentes, jornada política e as diferentes fases da figura do Dr. Chiquinho

A monocultura cafeeira, predominante na economia local do estado do Espírito Santo, após a derrocada da produção açucareira, elevou o sobrenome de várias famílias latifundiárias durante o século XIX e a primeira metade do século XX, inclusive no vale do Itabapoana — curso de água que banha, além do sul capixaba, os estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro — e nas cidades de Cachoeiro de Itapemirim, Guaçuí, Mimoso do Sul, Presidente Kennedy e São José do Calçado. Uma expansão gradativa do litoral capixaba para o interior deu-se após a redução dos cafezais no vale do Paraíba — acidente geográfico entre o norte de São Paulo e o sul fluminense do Rio de Janeiro — que ocasionou um movimento itinerante pelo território sudestino em busca de novas terras férteis. Em meio ao crescimento populacional da região, que per-

durou dos anos 1872 à década de 1960, temos a anexação dos filhos do Visconde de Aguiar Toledo, que foi um importante latifundiário do município de Bananal em São Paulo, até meados de 1873, quando a fazenda Resgate, pertencente à tradicional família Aguiar Vallim, já não produzia mais café (MENDONÇA, 2020). Os irmãos Antônio Ourique de Aguiar e José de Aguiar Vallim estabeleceram-se e fundaram o arraial de São Miguel do Veado, atual Guaçuí, ao passo que também fundaram novas fazendas nas terras descobertas. O comércio cafeeiro explorado e expandido pela família os conferiu importantes papéis políticos e sociais e até mesmo um poder econômico maior que o da elite na Capital, que não investia tanto quanto a região sul nas plantações de café. Após a criminalização do uso de escravos nas lavouras de café no século XIX, e a polaridade urbana da cidade de Cachoeiro do Itapemirim no início do século XX, Guaçuí tornou-se importante centro regional da região sul, em substituição a Alegre, após a conclusão da construção da estrada de ferro que ligava a cidade a Cachoeiro do Itapemirim e a Espera Feliz, em Minas Gerais.

O apanhado geral dessas informações busca contextualizar brevemente a presença marcante e a articulação política da aristocracia Aguiar Vallim, que manteve por anos escravos em suas fazendas, mas ao surgimento da crise já detinha fortuna para além do suficiente e estrategicamente passou a não investir mais no comércio escravista ao final dos oitocentos, e ainda liderou um movimento para que outros fazendeiros agissem igualmente (MENDONÇA, 2020). A família também teve papel importante na passagem de “arraial” para cidade, à medida que Guaçuí recebia investimentos diretos, como construção de escolas, igrejas, pontes e estradas de chão, posteriormente de pedra, e depois asfalto. Fruto desse poder econômico, insere-se a figura principal desse estudo, que conseguiu alavancar o sobrenome da família a nível estadual e nacional, não apenas regional e rural, apoiado em bases políticas sociais e várias vezes controversa.

Francisco Lacerda de Aguiar, popularmente conhecido como Chiquinho, nasceu em 3 de outubro

de 1903 na Fazenda do Castelo, na cidade capixaba de São José do Calçado, que também faz divisa com o estado do Rio de Janeiro. Filho primogênito de Virgílio de Aguiar Vallim e Zuraide Lacerda de Aguiar, tinha como irmãos João Darcy e Natália e Silvia. Sua vida escolar agitada e certamente privilegiada foi marcada por passagens em escolas como o Ginásio Carangolense (1915), na cidade de Carangola (MG); o Colégio Alfredo Gomes, em 1916 no Rio de Janeiro; de 1917 a 1920 no Colégio Militar do Rio de Janeiro e pelo Colégio Paula Freitas, também no Rio de Janeiro, em 1921. Além de ter concluído o curso de Engenharia Elétrica na Escola Livre de Engenharia do Rio de Janeiro, em 1925, e retomar posse de suas fazendas em Guaçuí, ele também ocupou cargos de informante do Ministério da Agricultura, em 1928; avaliador do Banco do Brasil, de 1935 a 1940; representante da Lavoura do Espírito Santo no Instituto Brasileiro do Café (IBC), em 1945; e professor de Matemática, na cidade (LIMA JÚNIOR; GURGEL, 2007).

Apesar de suas relações interioranas, enraizadas na produção agrária do café e na exportação desse mesmo produto e no arraigar conservador do passado de sua família, Chiquinho matrimoniou-se em 1927 com Zélia Vianna, filha do empresário e político Geraldo Vianna, um dissidente varguista do Partido Republicano do Espírito Santo, pelo qual fora deputado estadual e presidente da Assembleia Legislativa entre 1910 e 1920. Do enlace, assimilou-se influências liberais e mais à esquerda da atuação política estadual da família Vianna e Emery¹ em Guaçuí, sendo essas apresentadas pelas tias de Zélia: Emiliana Emery Vianna, a primeira mulher capixaba a conquistar o direito ao voto, em 1929, e Maria Emery (Dona Zinha), cofundadora da Aliança Nacional Libertadora (ANL), em 1935, e do Partido Comunista da Cidade, em 1945.

Como um homem de seu tempo, criado entre o pré e o pós-guerra, no seio da oligarquia do café e

1 Variações do sobrenome: Emery; Émile. (CAMPOS JUNIOR; MENDONÇA, 2014), (SILVA, 1986), (OLIVEIRA, 2013), (TEODORO, 2014).

emergindo em meio a duas tendências distintas de pensamentos, pertencentes às famílias Aguiar Valim e Vianna-Emery, Chiquinho ingressou na vida política estadual comendo frente à emancipação de Guaçuí, ainda na década de 1920. Durante sua filiação no Partido Social Democrático (PSD), elegeu-se a vereador do mesmo município em 1936, e nos anos de 1945 e 1946, por indicação do ministro das Relações Exteriores do governo Dutra, João Neves da Fontoura, foi interventor substituto da cidade. Venceu igualmente as eleições de 1947, em que disputou a prefeitura contra o candidato Henrique Daumas de Almeida, e as de 1950, ocupando o cargo de deputado federal, ainda pelo PSD, liderado na época por Carlos Monteiro Lindemberg e Jones dos Santos Neves, e que foi extinto em 1965 após o Ato Institucional Número Dois, durante a ditadura militar.

Aspecto essencial foi sua atuação como deputado federal, na cidade do Rio de Janeiro, então capital da República, após sair da prefeitura de Guaçuí. Essa atuação se deu no contexto do segundo governo Vargas, na primeira metade da década de 1950, momento marcado por muitas agitações políticas. Como toda a sua trajetória política, econômica e social foi desenvolvida na região sul do Espírito Santo e no estado do Rio de Janeiro, Lacerda de Aguiar foi uma personalidade pouco conhecida no próprio Espírito Santo até o lançamento de sua candidatura ao governo do estado. Aliás, antes de eleito, em 1954, não conhecia a região norte capixaba e havia estado apenas quatro vezes na Capital (SILVA, 1995; LIMA JÚNIOR; GURGEL, 2007).

Para compreender a jornada de Chiquinho até a disputa ao primeiro mandato de governador, é necessário introduzir brevemente a situação do PSD, partido do qual fazia parte no contexto do governo de Jones dos Santos Neves (como interventor federal, 1943-1945; e depois eleito democraticamente, 1951-1955) e Carlos Lindemberg (1947-1951). Ao longo do primeiro governo Lindemberg, foram reforçados os interesses *agrofundiários* ao passo que no governo Jones, priorizou-se os interesses ligados aos setores

urbano-industriais emergentes com intenção de manter os interesses da burguesia comercial litorânea (ALVARENGA, 2012).

Inicialmente, grande parte das mais importantes lideranças do estado se concentraram no PSD, do qual fizeram parte nomes como Attilio Vivacqua, que depois rompeu com a sigla e fundou o Partido Republicano (PR) e também Asdrúbal Soares e Raul Gilberti, que juntos fundaram o Partido Social Progressista (PSP). Para além disso, também se deu fim à aliança entre o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e a União Democrática Nacional (UDN). É nesse contexto, onde a necessidade de modernizar os métodos de comunicação e articulação tanto na arena política quanto no próprio partido tornaram-se intensos logo no primeiro pleito eleitoral ocorrido em 1947 no estado (OLIVEIRA, 2013; SILVA, 1986), que entra em cena uma frente ampla de oposição, com forte aproximação nas camadas mais pobres da sociedade da época — principalmente no interior do estado —, formada por vários partidos e acordada a se chamar *Coligação Democrática* (durante o pleito de 1954 era composta pelos partidos PSP/PR/PRP/PTB²).

A transformação de um fazendeiro sulista capixaba em um candidato com potencial de disputa pela governadoria teve início quando o PSD lançou a candidatura de Eurico de Aguiar Salles no pleito eleitoral de 1954 e a *Coligação Democrática*, que precisava de “alguém que se identificasse [...] com as classes dominantes do interior do Estado, e, [...] com as classes populares urbanas” e de “um homem que tivesse dinheiro e estrutura para enfrentar a máquina da oposição (aos partidos coligados)” (SILVA, 1986, p. 468-469). Nesse contexto e diante desse panorama, lançou-se a candidatura do ex-pessedista, Lacerda de Aguiar.

A partir daqui, o estudo irá se declinar sobre a sua primeira campanha vitoriosa, os mecanismos utilizados tanto pela *Coligação Democrática* quanto pela figura Francisco Lacerda de Aguiar, as táticas

2 Partido Social Progressista, Partido Republicano, Partido Republicano Progressista, e Partido Trabalhista Brasileiro.

dos adversários para “*minar*” sua imagem perante o público e no pós-eleição, desdobrando seu plano de governo e o que de fato foi posto em prática durante os anos de 1955 e 1959. Em relação à primeira candidatura oficial de Chiquinho, solenemente lançada na cidade de Colatina — principal fronteira agrícola e cafeeira para o norte do estado —, caracterizou-se como o primeiro passo na direção de uma mudança radical na forma de se “fazer política” no Espírito Santo, pois adotou-se diversos procedimentos na intencionalidade de aproximação com a população rural, donos de terra ou não, e setores menos abastados dos principais centros urbanos, num oposito ao discurso de industrialização e urbanização adotados pelo rival, Eurico Salles, apoiado por Jones dos Santos Neves, então governador em final de mandato (LIMA JÚNIOR; GURGEL, 2007; SILVA, 1986). É preciso ressaltar que essa *virada* na propaganda eleitoral da época teve como importante arranizador um indivíduo que é visto como o primeiro a desempenhar de modo embrionário a função do que hoje chamaríamos de *marqueteiro político*, uma espécie de agente de comunicação pública, em terras capixabas (OLIVEIRA, 2013): o capitão do Exército e articulador pessepista, Joaquim Leite de Almeida, ou *Kinkas*.

O lançamento de um *jingle* — uma música composta na intenção de promover algo ou alguma coisa nas rádios e televisão — foi a inovação, nunca antes utilizada em campanhas eleitorais no estado e adotada pela *Coligação Democrática* para alavancar a figura de Chiquinho. O slogan, “*Chiquinho vem aí*”, acompanhava sua agenda, comícios, passeatas, *santinhos* - folhetins eleitorais, debates, e entrevistas, e os versos da *musiquinha* chiclete contagiavam a população nem um pouco acostumada com esse tipo de comunicação (MEDEIROS, 2002).

Em uma das estrofes do *jingle*, fica claro a quem é direcionada a letra, que relaciona Chiquinho a ações humildes, em apoio aos trabalhadores (uma referência ao espírito varguista e adhemarista), e sem distinções raciais: *Chiquinho andou a pé, andou de bonde, andou de trem/ Apertou mão de preto, de branco,*

apertou também/ Chiquinho é amigo do povo trabalhador/ O povo quer Chiquinho para seu governador.

Na visão de Kinkas, considerando o histórico que marcava o Executivo capixaba até a época, era necessário superar a ideia de que para “[...] ser político de sucesso, era imprescindível ter o termo Doutor na frente do nome [...]” (Joaquim Leite de Almeida apud MEDEIROS, 2002, p. 24). Com a criação do Tribunal Superior Eleitoral e dos Tribunais Regionais Eleitorais, além da institucionalização do voto feminino (ampliado com o direito ao voto para presidente em 1945) e do voto secreto na Era Vargas, as campanhas eleitorais precisavam se adaptar aos discursos e aos anseios latentes do povo (OLIVEIRA, 2013), que não aguentavam mais candidatos tradicionalistas apegados ao próprio passado aristocrata, formados no ensino superior em profissões clássicas (Direito, Medicina, e Engenharia Civil) e donos de terra. Ainda que Lacerda de Aguiar se enquadrasse facilmente nesse perfil, como a própria *Coligação Democrática* relatou a Joaquim Leite de Almeida³, ele era acompanhado por uma “facilidade de comunicação com a gente do interior”⁴ e com as massas populares urbanas, que o PSD não parecia ter adquirido ainda.

Outras novidades que passaram a acompanhar a comitiva de Chiquinho em seus comícios foram o uso de um carro propaganda, com alto-falantes, que tocava a música da campanha, acompanhado de “um avião, um teco-teco, rodando a cidade [de Vitória] com uma faixa de *Chiquinho vem aí*” (ALMEIDA apud MEDEIROS, 2002), e o encontro corpo-a-corpo com eleitores nos bairros da Grande Vitória. Ao redor da campanha de Chiquinho, até então um forasteiro para o conjunto da política capixaba, avançando so-

3 “Os homens não queriam aprovar. Queriam Dr. *Chiquinho vem aí*. Afinal, diziam ele, o Chiquinho que eu tinha inventado, em verdade era um rico fazendeiro do sul do Estado, de tradicional família paulista [...] queriam mesmo era Dr. Francisco Lacerda de Aguiar como era o seu nome real. [...]” (Joaquim Leite de Almeida apud MEDEIROS, 2002, p. 25).

4 As confissões de Carlos Lindenberg. *Espírito Santo Agora*. Vitória, nº 5, p. 54-60, mar. 1973.

bre a, em certo ponto apática política capixaba, em algum momento entendeu-se que a melhor forma de angariar votos era tornar carro chefe das campanhas, instrumentos que melhor se adequassem à crescente “democracia de massas”, numa intencionalidade guiada pelas possibilidades de formação de uma opinião pública plural, que já existia em âmbito nacional, mas precisava ser despertada no estado. Nesse sentido, o candidato guaçuense se tornou referência, em contrapartida ao seu adversário, Eurico Salles, que, integrante da Aliança formada pelo PSD, o Partido Democrata Cristão (PDC) e a União Democrática Nacional (UDN), usou de mecanismos midiáticos para alavancar a própria campanha, mas também para *balançar* a reputação de Lacerda de Aguiar (SILVA, 1986). Além do apoio do até então governador Jones dos Santos Neves e todo o seu aparato estatal, a principal ferramenta utilizada para isso foi o jornal *A Gazeta*, do ex-governador Carlos Lindenberg.

Segundo o ponto de vista de Marta Zorzal e Silva (1986), a tática do candidato pessepista foi mais um reflexo das várias outras campanhas feitas anteriormente e o jornal *A Gazeta* reforçava veemente que ele era “o único melhor, o mais capaz, o imbatível”, além de divulgar parceladamente sua campanha carregada com a mensagem da “necessidade da continuidade” do plano de governo jonista, assim tornando sua presença um destaque nas páginas dos jornais.

O jornal *A Gazeta*, veículo oficial do PSD, submetido aos interesses e à influência dos partidos da Aliança, injetou em suas reportagens uma impressão de estranho, intruso e até mesmo apartado ao se referir a Chiquinho. Trabalhando com as interlocuções da obra de Norbert Elias, *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade* (2000), é possível notar certa semelhança entre os *estabelecidos* na política capixaba e os *estabelecidos* na pequena cidade inglesa de Wiston Parva e uma certa semelhança entre a figura *outsider* de Lacerda de Aguiar — e seus coligados — com o grupo novo de habitantes da mesma cidade inglesa, considerados *outsiders* e estigmatizados pelo primei-

ro grupo. A diferença entre esses grupos se encontra apenas nos seus discursos políticos, visto que ambos — agora tratando-se da Aliança e da *Coligação Democrática* — detinham recursos financeiros, ampla formação superior, e, em grande maioria, eram brancos. O discurso de aproximação com a massa popular dava para a campanha de Chiquinho um caráter de defesa aos excluídos, considerados inferiores, em períodos eleitorais anteriores. O próprio Setembrino Pelissari, futuro líder do governo do candidato coligado, afirma em depoimento:

[...] em Vitória, os principais redutos políticos dele (Lacerda de Aguiar) eram os bairros de Maruípe e Santo Antônio onde o ex-governador era carregado frequentemente pelo povo. A ideia de nos prejudicar dizendo que Chiquinho era da raia miúda (massa popular) só nos deu vantagens.⁵

Periféricos, os bairros de Santo Antônio e Maruípe, além dos morros e aglomerados de favelas na Grande Vitória que subiam os comícios, refletem a aproximação do plano de campanha da *Coligação Democrática* para com os socialmente excluídos dos espaços urbanos no contexto da esfera da elite capixaba. De acordo com Elias (2000), uma relação de interdependência entre *estabelecidos* e *outsiders* gira em torno de longas décadas, assim como no caso da *oligarquia pessepista* no estado, onde certa identidade social foi construída com base em boas doses de tradicionalismo, aristocracia e influência. O que é curioso quando se trata da figura de Lacerda de Aguiar é que, baseado em fofocas depreciativas, sua existência política foi resumida a um “*arrasa quarteirão*”, por ter atingido tanta popularidade fora dos moldes eleitorais utilizados durante outros pleitos. Sobre este aspecto, mais uma vez recorreremos aos escritos de Norbert Elias (2000), quando afirma o seguinte:

5 Francisco, Chico, Chiquim, Chiquinho. *Espírito Santo Agora*, Vitória, nº 3, p. 22-37, dez.1972.

Candidato	Partido	%	Votos Válidos
Eurico Sales	PSD/PDC/UDN	44,8	77.467
Francisco Lacerda de Aguiar	Col. Dem. (PSP/PTB/PR/PRP)	55,2	95389
Votos Brancos	-	2,1	3.734
Votos Nulos	-	2,0	3.665
Total de Votos Válidos		100	172.856
Total de Votos Apurados		100	180.255

Tabela 1 – Resultados das eleições para Governador - 1954.
Fonte: Oliveira (2013).

[...] comum às pessoas desconcertarem ou silenciarem aqueles de quem discordam ou a quem estão combatendo, jogando-lhes na cara algum termo depreciativo e infamante ou algum boato vergonhoso que se refira ao seu grupo, desde que tais pessoas pertençam a um grupo que tenha sucesso em afirmar seu status superior em comparação aos dos seus adversários.

Não é possível afirmar qual elemento principal levou à vitória do candidato Francisco Lacerda de Aguiar. Suas inovações durante a campanha, o discurso paternalista com o povo, a ruptura com o PSD e as mesmas técnicas utilizadas em pleitos anteriores pelo adversário podem ter sido a junção completa para a comemoração imbatível da conquista ao cargo de governador do estado. Os coligados obtiveram 95.389 dos votos válidos, o que representa 55,2%, conforme tabela da página a seguir.

O primeiro Governo Lacerda de Aguiar (1955-1959)

Durante seu primeiro mandato, que ocorreu entre 25 de fevereiro de 1955 e 31 de janeiro de 1959, Lacerda de Aguiar precisou dialogar com todos os partidos que compunham a *Coligação Democrática*. O preenchimento dos cargos dirigentes do governo procurou aliar interesses ao projeto político direcionado ao

favorecimento dos produtores de café. Além disso, também abriu espaço para maior participação política das massas com a criação e audiências populares (SILVA, 1986, p. 304).

Entre as ações governamentais, muitas vezes voltadas principalmente para a área rural do estado, destacam-se: forte apelo às assistências sociais presididas por sua esposa, Zélia Viana Aguiar, que trocava várias correspondências com o governador e seus secretários de governos solicitando auxílios para determinadas causas e pessoas, por fazer parte da Legião Brasileira de Assistência (LBA); estímulo ao melhoramento técnico da agricultura capixaba, incluindo os laticínios e o trigo, e a expansão da fronteira agrícola estadual para além de Colatina; o investimento na construção de estradas e a chegada de novidades automobilísticas na Capital, Vitória; ampliação da rede telefônica. No setor da educação, muitas escolas foram construídas e reformadas, além das novas contratações de docentes e passes escolares para professoras primárias foram distribuídos. Por último, permitiu que as populações carentes ocupassem terrenos devolutos da periferia da capital e morros como o de Gurigica, Itararé, Romão, etc (ALVARENGA, 2012, p. 90).

Para aproximarmos-nos de uma interpretação teórica de Max Weber (2004) do líder carismático, torna-se importante questionar o conceito de *populismo*, presente tantas vezes nos poucos estudos sobre Chiquinho no Espírito Santo. Ao longo da primeira campanha eleitoral, e também do seu primeiro mandato, opositores e até mesmo os próprios partidários coligados de Chiquinho tentaram tornar o aspecto populista do discurso e ações políticas de Lacerda de Aguiar uma realidade, respectivamente, preocupante ou vantajosa a nível estadual.

Enquanto a *Aliança* trabalhava para *balançar* a credibilidade que levou o adversário a vitória em 1954, utilizando-se da crise cafeeira, fracassos orçamentários e dos recursos financeiros escassos — um reflexo do governo Jones —, a *Coligação Democrática*, heterogênea ideologicamente, tentava se desen-

volver na conjuntura momentânea. A construção de uma figura como Chiquinho, que expressava tão bem a imagem de que sua gestão, o Estado assim dizendo, também era do povo (SILVA, 1986), sendo seu eleitorado rural e *proletariado* urbano, seria, de acordo com Octavio Ianni (1975), o fato do “horizonte cultural” dessa parcela da população estar “marcado pelos valores e padrões do mundo rural”, sendo um dos elementos constitutivos da “política de massas”, característica do populismo.

Mas ao revisitar as relações políticas e de *poder simbólico*⁶ estabelecidas durante o primeiro mandato de Chiquinho, com seus eleitores e as lideranças coligadas, entendemos que há uma reciprocidade de interesses (GOMES, 2001) realçada por um líder carismático. Ainda sobre o conceito de populismo, algumas vezes usado de forma pejorativa ou desqualificadora, a exemplo o trabalho de Marta Zorzal e Silva (1986), ou de forma partidária, a exemplo o articulador pessepista Joaquim de Almeida Leite, o historiador Jorge Ferreira (2001) renova a crítica e enfatiza o contexto da palavra tão debatida entre acadêmicos:

[...] O populista é o adversário, o concorrente, o desafeto. O populista é o Outro. Trata-se de uma questão eminentemente política e, muito possivelmente, político-partidária, que poderia ser enunciada da seguinte maneira: o *meu* candidato, o *meu* partido, a *minha* proposta política não são populistas, mas o *teu* candidato, o *teu* partido e a *tua* proposta política, estes, sim, são populistas. Populista é sempre o Outro, nunca o Mesmo. (FERREIRA, 2001, p. 124)

A assistência social no plano de governo Chiquinho tinha um caráter principal que adentrava até mesmo a sede do poder executivo, o Palácio Anchieta, onde às quintas-feiras eram atendidos até 400 (quatrocentos) eleitores no salão nobre e também eram

distribuídas cestas básicas à população dos morros ao entorno do Centro de Vitória. Todos esses elementos, que tornaram Lacerda de Aguiar visado por muitos, para Weber (1999), consiste numa das características de um líder *carismático*, reconhecido fundamentalmente como a *esperança* pela comunidade.

Porém, para a existência do carisma, foram necessários mecanismos como: criar o imaginário de um sujeito simples, interiorano, preparado para atender as demandas de uma massa popular vulnerável, anteriormente abandonada, reforçado pela campanha vitoriosa no pleito de 1954, repleta de aparatos inovadores, e pela derrocada do PSD e a descredibilidade de seus candidatos. Para ser breve, a ascensão política de Chiquinho foi, em grande medida, um plano arquitetado pela *Coligação Democrática*, que assimilou o que a demanda de cidadãos capixabas, guiados pelo contexto social da época, desejavam: um “pai”, tal qual fora Vargas. Sobre isso, afirma Weber,

Se aqueles aos quais ele se sente enviado não reconhecem sua missão, sua exigência fracassa. Se o reconhecem, é o senhor deles enquanto sabe manter seu reconhecimento mediante ‘provas’. Mas, neste caso, não deduz seu ‘direito’ da vontade deles, à maneira de uma eleição; ao contrário, o reconhecimento do carismaticamente qualificado é o dever daqueles aos quais se dirige sua missão (WEBER, 1999, p. 324).

No entanto, o próprio Weber reconhece que “apesar de as capacidades carismáticas não poderem desenvolver-se em nada e em ninguém que não as possua em germe, tal germe permanece oculto se não é estimulado ao desenvolvimento, se o carisma não é ‘despertado’” (WEBER, 2009, p. 280). Entende-se então que, o trabalho do político, ou seja, colocar em prática as ações traçadas no plano de governo, coexiste com a sua personalidade, visto que, uma das qualidades principais dos líderes políticos do século XX era ser confiável pelo tipo de homem que era, e não pelas ações ou programas que defendia.

6 “[...] poder invisível que só pode se exercer com a cumplicidade daqueles que não querem saber que a ele se submetem ou mesmo que o exercem” (Bourdieu, 1977, p. 31).

Para mais, um bom líder deve ser capaz de atrair ou conciliar grupos cujos interesses sejam diferentes das suas crenças pessoais e ideológicas. No caso de Lacerda de Aguiar e toda a intimidade que o aproximava do eleitorado *humilde*, representada por assistências sociais e até mesmo o ato de ir *tomar* café na casa de um morador, abriu margem, principalmente aos opositores políticos e demais críticos, para uma interpretação que enxergou seu mandato como efeito da credibilidade dessas relações e não por suas proezas — atos governamentais impessoais.

Nos trabalhos de SILVA (1969) e ALVARENGA (2012) são apresentados indícios de que, num apanhado geral, o primeiro mandato de Chiquinho não revolucionou ou causou grandes transformações econômicas, mantendo-se até mesmo *tradicional*⁷, ao valorizar cafeicultores mesmo em meio à crise do café no estado. Um líder *carismático* não necessariamente precisa romper com o passado, desde que não exista realmente um retorno a este, como no caso do objeto de estudo, para que seja considerado uma *nova* política. Sendo assim, as estratégias utilizadas pelos coligados, nas quais inclui-se o próprio Lacerda de Aguiar ao longo dos anos 1955 até 1959, podem ser analisadas como a possível consolidação eleitoral de uma nova elite política capixaba, constituída pela graça do líder.

De acordo com Marta Zorzal e Silva (1969), dentro do campo econômico capixaba no primeiro mandato do governo Chiquinho, houve uma diminuição gradativa de investimentos no Plano de Valorização Econômica criado por Jones dos Santos Neves, uma neutralização ao padrão intervencionista do governo, algumas revisões irregulares nos recursos orçamentários e também uma oposição, ainda que não proposital, ao Plano de Metas do presidente em exercício Juscelino Kubistchek. Utilizando-se de Weber para uma análise profunda desse contexto, é possível apontar que o carisma enquanto fenômeno extracotidiano —

sendo o cotidiano a essência da ordem social — é carregado pelo apelo emocional, alheia-se às estruturas de relevância social (religiosidades, política, cultura, ciência, etc), inclusive os interesses econômicos.

Constitui, onde existe, uma ‘vocalização’, no sentido enfático da palavra: como ‘missão’ ou ‘tarefa’ íntima [...]. O que todos eles desdenham - enquanto existe o tipo carismático genuíno - é a economia *cotidiana* tradicional ou racional, a obtenção de ‘receitas’ regulares por meio de uma atividade econômica contínua dirigida para esse fim (Weber, 1991, p.160-161).

Porém, ainda que Lacerda de Aguiar, considerado um líder carismático ao longo do estudo, se passe como alheio às mudanças urbano-industriais que ocorriam em campo nacional, direcionando investimentos para as áreas rurais do estado, os interesses econômicos persistem, visto que se encontram com lideranças políticas da *Coligação Democrática* e a sociedade, ambos materialistas.

Assim, o próprio líder precisa ceder benesses, — doação de “terrenos devolutos na periferia da capital e morros como o de ‘Gurigica’, ‘Itararé’, ‘Romão’ etc.” (SILVA, 1969) — cargos, — distribuição dos cargos dirigentes do governo aos coligados — entre outras coisas para que a normalidade seja novamente instaurada, indiretamente influenciadas por aqueles considerados “*chegados*” que se aproveitam de forma imediata do estado de exceção carismático (BACH, 2011).

O Pleito eleitoral de 1962 e o segundo Governo Chiquinho

Chiquinho retornou a se candidatar em 1962 contra o também ex-governador, Jones dos Santos Neves. O pleito eleitoral configurou-se muito parecido com o de 1954, em que o conjunto de forças partidárias formou dois blocos políticos na disputa. Porém, essas forças não se mantiveram idênticas, considerando o contexto político e econômico em nível nacional e o

crescimento das populações urbanas e decréscimo das populações rurais capixabas.

Sobre o segundo pleito, volta-se à análise para os anos finais da década de 50, que acentuou progressivamente o aparelhamento do PSD no que diz respeito aos setores mais industrializados respaldados pela Ala Moça⁸. Em consequência disso, indicou-se Jones dos Santos Neves como candidato ao governo em 1962, após conversações fracassadas com o PSP de Raul Gilberti, também figura importante de Colatina, preterido do então governador Carlos Lindemberg à concorrência do pleito. A importância de um candidato de Colatina, segundo a avaliação de Lindemberg, se deve ao fato de a cidade encontrar-se em posição de polo regional no noroeste do estado. Ao fim das negociações e após a dissidência do PTB liderada por Floriano Rubim, o PSD havia angariado apoio apenas do PTN, partido recém-formado. Em meio a tais reviravoltas, uma recomposição, incluindo também o PSP, da *Coligação Democrática*, deu início a mais uma disputa carregada de apelo pelo eleitorado que elegeu Chiquinho em 1954 e também mais incitações da oposição aliada, novamente, por parte do jornal *A Gazeta*.

A fórmula utilizada pelos coligados no primeiro pleito apenas seis anos antes foi reutilizada, mas dessa vez direcionada para uma caminhada de benevolência com os adversários, perdão e sem revanchismos. Enquanto o PSD passara praticamente todo o governo de Carlos Lindemberg utilizando-se da plataforma do jornal *A Gazeta* para criticar a gestão de Lacerda de Aguiar, além de perseguir e rever seus atos por meio de comissões administrativas, esse por sua vez, junto com sua equipe de campanha, transformou as manchetes negativas da imprensa em *slogan*: *Sem ódio, sem rancor, Chiquinho para governador* (SILVA, 1969).

A evidenciada disputa de narrativas partidárias e pessoais não só alavancou gratuitamente a figura de Chiquinho, como também expressou a dificuldade do PSD em abandonar as raízes políticas que

Candidato	Partido	%	Votos Válidos
Jones dos Santos Neves	PSD	48,0	105.586
Francisco Lacerda de Aguiar	PSP (Col. Dem. (PSP/UDN/PRP/PTB/PDC/PRT/PTN/PSB))	52,0	114.673
Votos Brancos	-	8,8	21.773
Votos Nulos	-	2,6	6.554
Total de Votos Válidos		100	220.259
Total de Votos Apurados		100	248.586

Tabela 2 – Resultados das eleições para Governador - 1962. Fonte: Oliveira (2013).

compunham o partido desde sua criação, em 1930, mesmo após a derrota significativa em 1954 num contexto que poderia ter influenciado diretamente a forma de fazer política pessedista caso não estivessem imensamente arraigados ao Aparelho Regional do Estado (SILVA, 1969). Durante sua campanha, Jones dos Santos Neves enfatizou, fazendo-se contrário ao discurso hegemônico do setor rural, o objetivo de retomar o plano de governo de seu primeiro mandato em 1951 que consistia em investimentos na industrialização capixaba, na política rodoviária e portuária, e na exportação e importação internacional.

Além do *slogan* anteriormente mencionado e mais um *jingle* que tocava nas caminhadas pelo estado e carros de som — *Chiquinho se sai às ruas/ sorrindo e a cumprimentar/ o povo, respondendo, vai dizendo:/ Chiquinho!/ Chiquinho vai voltar!* -a campanha de Lacerda de Aguiar imprimia um tom aliado a uma esperança de ascensão social, de maior participação dos humildes e marginalizados da sociedade, pelas oligarquias exploradoras (SILVA, 1986). De inovador, Joaquim de Almeida Leite apresentou os comícios relâmpagos, que segundo suas palavras consistia numa visita informal e amigável de Chiquinho as casas do eleitorado, três ou quatro dias antes do comício propriamente dito, quando ele convidava pessoalmente quem ali residisse.

A resposta do povo foi nas urnas, levando os coligados a mais uma vitória sobre o PSD de Jones dos

7 O conceito de líder tradicional também foi trabalho por Weber em: *Economia e Sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva*. 4ª ed. Brasília-DF: Editora da UnB. 2009. V. I

8 Facção surgida dentro do partido e que defendia a renovação dos métodos do mesmo baseado em teses nacionalistas e modernizantes.

Santos Neves. Os dados dessa eleição encontram-se na tabela acima.

Durante seu segundo mandato, que ocorreu entre 31 de janeiro de 1963 e 5 de abril de 1966, Lacerda de Aguiar foi mais assertivo no diálogo para com as lideranças políticas, fazendo poucas alterações nos cargos dirigentes. O período foi marcado pela ação governamental sendo orientada ao atendimento das demandas do setor agrário, presididas pela Secretaria de Agricultura, Terras e Colonização, subsidiada pela Associação de Crédito e Assistência Rural do Espírito Santo (ACARES); a continuação do Plano de Educação de Emergência que contribuiu para a construção, reforma e ampliação de novas escolas; providências no setor de segurança pública, incluindo compra de viaturas novas e reformas de delegacias; modernização da aparelhagem do serviço de radiotelegrafia; inauguração de estradas e pontes; assinatura de um convênio nacional, em 1964, entre a Espírito Santo Centrais Elétricas S/A (ESCELSA) e a Eletrobras, na intenção de solucionar a problemática da energia elétrica no estado; estruturação da Secretaria Sem Pasta – Conselho de Desenvolvimento Econômico do Estado do Espírito Santo, na intenção de controlar o rombo dos cofres públicos, inflamado pelo governo anterior de Carlos Lindemberg e o atraso de pagamentos de servidores e também a criação e instalação de municípios desmembrados como Píneiros, Pancas, Montanha, e outros.⁹

A conjuntura dos movimentos sócio-políticos que ocorriam em nível nacional, em meio à posse de Chiquinho na antevéspera ao Golpe militar de 1964, pareceu anunciar os limites e obstáculos que surgi-

ram ainda no início de seu mandato, e marcaram seu fim prematuro. De fato, Lacerda de Aguiar começou a governar no momento em que João Goulart, conhecido popularmente como Jango, assumiu plenos poderes reorientando a política socioeconômica do país num viés mais à esquerda. Chiquinho, que sabia dialogar habilmente entre as diferentes esferas ideológicas e contava com uma boa adesão dos coligados às ações de cunho socializantes, soube assimilar a benesse de apoio econômico e proximidade com o alto escalão do executivo nacional para dar voga às realizações do seu plano de governo, demonstrando assim um ganho de experiência se comparado com o primeiro mandato.

Assim, o Espírito Santo foi diretamente beneficiado pela política de investimento em infraestrutura do governo João Goulart, que deu início, por exemplo, às obras do Porto de Tubarão em 1962 e também à ampliação da Companhia Ferro e Aço de Vitória, que recebeu a construção da Usina de Laminação do Ferro. No longo prazo, as políticas implementadas pelas diretrizes do Plano Trienal¹⁰ continuaram seu curso, mesmo após o Golpe de 1964.

Após a eclosão do Golpe civil-militar e a deposição de Jango, Chiquinho não foi automaticamente afastado do cargo e substituído por um interventor, já que o mesmo, avaliando a cassação de seu mandato caso permanecesse favorável aos partidários janguistas, aderiu ao movimento de 64. Apesar disso, à medida que o Regime avançava, o governo Chiquinho passou a representar um obstáculo aos objetivos e mudanças do regime autoritário no Espírito Santo. Os adversários, agregados em torno do PSD e inseridos na Arena, que haviam perdido o controle do Aparelho Regional do Estado articularam, em nome do movimento político-militar, meios para removê-lo da direção do governo. A utilização do jornal *A Gazeta* que, como mencionado ao longo do estudo, já veicu-

lava uma imagem caótica de Lacerda de Aguiar em suas manchetes, em 1965 também passou a denunciar supostos atos de corrupção do coligado, inflamadas pelos discursos do deputado estadual Christiano Dias Lopes, líder da oposição na Assembleia Legislativa e do deputado federal Oswaldo Zanello, ambos do PRP (OLIVEIRA, 2014).

As acusações levaram à instauração de um Inquérito Policial Militar (IPM), que foi enviado à Assembleia Legislativa com a intenção de cassar o mandato de Chiquinho. No geral, as denúncias eram baseadas em adiantamentos de créditos suplementares sem autorização legislativa a Fernando Ferreira do Amaral, empreiteiro e administrador de obras do Estado junto à Secretaria de Viação e Obras Públicas; superfaturamento em compras de equipamentos agrícolas; irregularidades na venda de terras na Capital e no norte do Estado e contratação de servidores públicos desrespeitando lei já estabelecida. O jornal *A Gazeta*, que não perdia tempo para anunciar cada novo desdobramento dessa *Cruzada Anti-Chiquinho*, que já estava encaminhada até mesmo ao Ministro da Justiça titular, Juracy Magalhães, também relacionava Chiquinho a elementos considerados subversivos na intenção de legitimar politicamente e nacionalmente a deposição do governador Lacerda de Aguiar (OLIVEIRA, 2014). Criou-se então uma Comissão Parlamentar de Inquérito, na intenção de dar a oportunidade do direito à defesa do acusado, que foi inocentado. Porém, pressionado, o governador solicitou licença alegando problemas de saúde, em fevereiro de 1966.

Posteriormente, Francisco Lacerda de Aguiar renunciou definitivamente ao cargo por meio de uma carta-renúncia que pedia o arquivamento do seu caso e que o vice-governador, Rubens Rangel, assumisse o Governo em seu lugar. Sendo assim, em 5 de abril de 1966, terminava a trajetória política de uma das figuras interioranas mais interessantes da segunda metade do século XX.

Alguns anos depois, em 1972, entrevistado pela revista “Espírito Santo Agora”, Chiquinho falou bre-

vemente sobre a sua renúncia *voluntária* e se ainda pretendia retornar a algum cargo político novamente. Quando perguntado o quanto o inquérito aberto na Assembleia Legislativa havia lhe custado, retrucou: “É, acabou me custando um governo. Aliás, isso é uma coisa que não entendi, não quero entender e não quero falar” (Es-Agora, 1972, p.37). E na mesma entrevista, também respondeu se retornaria ao *jogo* político novamente: “[...] só que a escolha não depende mais do povo, né?”

Considerações finais

No presente estudo foi feito um esforço para resgatar a figura do ex-governador Francisco Lacerda de Aguiar, em um contexto de profundas transformações políticas, econômicas e sociais a que tanto o Brasil, quanto o Espírito Santo estavam submersos. Nessa quadra, o eleitorado, antes majoritariamente rural e limitado a um número bastante restrito de pessoas habilitadas ao voto, passa por um significativo processo de expansão, redundando na necessidade de se imprimir mudanças também no modo de fazer as campanhas eleitorais e a própria política, de modo mais amplo. Ademais, a difusão do trabalhismo do pós-Vargas teve rebatimentos no Espírito Santo, principalmente no Partido Social Democrata (PSD), mas também por várias outras agremiações partidárias dissidentes, surgidas de sua heterogeneidade ideológica.

É nesse contexto que ascende Chiquinho, ex-veador, ex-prefeito e ex-deputado, economicamente e estruturalmente preparado para o *jogo* político da Capital, que, inclusive, só havia conhecido presencialmente quatro vezes até aquele momento (SILVA, 1986). Para o pleito de 1954, agregou em torno de si uma frente ampla denominada *Coligação Democrática*, inicialmente formada por quatro partidos (PSP, PR, PRP, e PTB), mas que no decorrer do tempo foi se ampliando. Lançando mão de inovadoras técnicas de campanhas eleitorais em democracias de massa, Chiquinho à frente da *Coligação Democrática* obteve

9 ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Atividades governamentais.** Boletim informativo das atividades administrativas do governo do Estado. Francisco Lacerda de Aguiar. Vitória: Ano I; nº 3, abril, 1964; ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Atividades governamentais.** Boletim informativo das atividades administrativas do governo do Estado. Francisco Lacerda de Aguiar. Vitória: Ano I; nº 2, janeiro, 1964; ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Atividades governamentais.** Boletim informativo das atividades administrativas do governo do Estado. Francisco Lacerda de Aguiar. Vitória: Ano I; nº 1, outubro, 1963.

10 Foi uma proposta elaborada com a intencionalidade de combater a inflação, fazer o Brasil crescer a uma taxa de 7% ao ano e que também visava iniciar uma política de distribuição de renda.

importante vitória, o que veio a se repetir em 1962.

Em geral, os dois mandatos de Lacerda de Aguiar foram caracterizados pela ascensão dos menos favorecidos ao jogo político (ALVARENGA, 2012), por um lado, por políticas voltadas ao setor agro fundiário, por outro.

Quanto à construção da figura pública, Chiquinho aparece como um típico líder carismático, e que, por não fazer parte do jogo político do ES, já que sua atuação estava muito restrita ao sul do estado, representou uma ameaça aos *estabelecidos* (em especial os adversários pessedistas). Após o Golpe de 64, observa-se que por seu perfil eminentemente popular e de representante dos interesses fundiários no plano econômico, acabou se tornando indesejado diante dos objetivos desenvolvimentistas do regime autoritário implantado no mesmo ano (OLIVEIRA, 2014), o que redundou na sua renúncia em fevereiro de 1966. Apesar do desejo retroalimentado a cada eleição de retornar à política, isso não mais aconteceu¹¹.

Referências Bibliográficas

- ALVARENGA, Jefferson Ferreira. **Considerações sobre o populismo na política do Espírito Santo (1959–1966)**. 2012. 271f. 2012. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.
- ALVARENGA, Jefferson Ferreira. Lideranças políticas e o desenvolvimento da economia capitalista: um estudo sobre o espírito santo (1959-1966). **Embornal**, v. 4, n. 7, p. 150-184, 2013.
- BACH, Maurizio. Carisma e racionalismo na sociologia de Max Weber. **Sociologia & Antropologia**. 2011, v. 1, n. 1, p. 51-70.
- BORDIEU, Pierre. Sur le pouvoir symbolique. **Annales**, Paris, v.32, n.3, p.405-11, maio/jun. 1977.
- FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 60-124.
- Francisco, Chico, Chiquim, Chiquinho. **Espírito Santo Agora**, Vitória, nº 3, p. 22-37, dez.1972.
- GOMES, Angela de Castro. “O populismo e as ciências sociais no Brasil”. In FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- IANNI, Octavio. O colapso do populismo no Brasil. 3a. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- LIMA JÚNIOR, Carlos Benevides; GURGEL, Antônio de Pádua. **Francisco Lacerda de Aguiar**. Vitória: Contexto, 2007.
- MEDEIROS, Rogério. Kinkas: o detonador de oligarquias. **Século Diário**. Vitória, p.24-26, Abr. 2002.

MENDONÇA, Marcos Cândido. **História da construção de Guaçuí-ES. Aspectos da formação urbana no vale do Itabapoana capixaba (1920–1960)**. 233f. 2020. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Geografia) – Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

MENDONÇA, Marcos Cândido; CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira De. Construção da cidade: A participação da produção rentista na formação urbana de Guaçuí-ES/City Building: the participation in the production of income in urban formation of Guaçuí-ES. **REVISTA GEOGRAFARES**, v. 18, p. 3, 2016.

OLIVEIRA, Ueber José de. A Fórmula para o Caos: O Golpe de 64 e a Conspiração Contra o Governador Francisco Lacerda de Aguiar, no Espírito Santo (1964-1966). **Revista Crítica Histórica**, v. 5, n. 10, 2014.

OLIVEIRA, Ueber José de. As campanhas eleitorais vitoriosas de Francisco Lacerda de Aguiar, no Espírito Santo (1954 e 1962). **Historiæ**, v. 4, n. 2, p. 149-168, 2013.

OLIVEIRA, Ueber José de. **Configuração político-partidária do Estado do Espírito Santo no contexto do Regime Militar: um estudo regional acerca das trajetórias de Arena e MDB**. 335f. 2013. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos-sp.

SCOTSON, John L.; ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

SILVA, Marta Zorzal e. **Espírito Santo**: Estado, interesses e poder. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida/UFES, 1995.

TEODORO, M. A.. **Guaçuí- Ensaio & História. Colonização - Desen-**

volvimento & Cultura. 1. ed. São Paulo: AgBook, 2014. v. 1. 354p. WEBER, Max. **Ciência e política**: duas vocações. Editora Cultrix, 2004.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**: Fundamentos da sociologia compreensiva. 4ª ed. Brasília-DF: Editora da UnB. 2009. V. I.

___ **Economia e sociedade** Brasília: Ed. UnB, 1991 (vol. 1).

___ **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. São Paulo: Imprensa Oficial. 1999. V. II.

Fontes primárias

ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Atividades governamentais**. Boletim informativo das atividades administrativas do governo do Estado. Francisco Lacerda de Aguiar. Vitória: Ano I; nº 1, outubro, 1963.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Atividades governamentais**. Boletim informativo das atividades administrativas do governo do Estado. Francisco Lacerda de Aguiar. Vitória: Ano I; nº 3, abril, 1964.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Atividades governamentais**. Boletim informativo das atividades administrativas do governo do Estado. Francisco Lacerda de Aguiar. Vitória: Ano I; nº 2, janeiro, 1964.

AGUIAR, Francisco Lacerda de. **[Correspondência]**. Destinatário: Setembrino Idwald Pelissari. Guaçuí, 6 de junho de 1978. 2 cartas.

11 AGUIAR, Francisco Lacerda de. **[Correspondência]**. Destinatário: Setembrino Idwald Pelissari. Guaçuí, 6 de junho de 1978. 2 cartas.

